

A “arraia miúda”.
Índios, negros e homens pobres livres nas rebeliões da América portuguesa: Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo – 1707-1718.

GEFFERSON RAMOS RODRIGUES*

O trabalho pretende dar conta da participação de segmentos “populares” nas rebeliões que tiveram lugar América portuguesa, no período que compreende as duas primeiras décadas do século XVIII. Envolve as Capitânicas de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo e, respectivamente, os seguintes protestos: a Guerra dos Emboabas de 1707-1709, a Guerra dos Mascates de 1710-1711 e o “protesto do sal” em 1710.

As hostilidades entre paulistas e emboabas culminando nos conflitos que se arrastaram de 1707-1709 na região das Minas tiveram em seu seio vários índios, escravos e pessoas sem posses, muito embora esse movimento tenha ficado mais conhecido pela ação de Manuel Nunes Viana, entre outros potentados. A Guerra dos Mascates, em que se opuseram os senhores de engenho de Olinda e os mercadores de Recife, ficou marcada como um movimento eminentemente elitista, quando nela também estiveram presentes indivíduos como índios, e homens pobres livres. Já o chamado “protesto do sal”, episódio em que Bartolomeu Fernandes Faria tomou de assalto o depósito do sal na Vila de Santos em 1710, o potentado – que só veio a ser preso em 1718 – estava acompanhado de escravos armados, índios e de mais alguns comparsas.

Privilegia-se nos referidos protestos a participação de grupos de estratos sociais menos favorecidos como índios, negros e homens pobres livres. Esta escolha é justificada em razão dos protestos do período colonial serem, não raros, muitas vezes classificados como movimentos elitistas (LAPA, 1983: 193, apud: FIGUEIREDO, 1996: 191). Com certa frequência, não se considerou a participação desses segmentos sociais. Quando essas camadas sociais foram aludidas, foi muito comum qualificarem suas atuações como desmobilizadas, reativas e ausentes de motivações políticas (Idem). Pretende-se levar a efeito esta proposta já que se trata de uma face pouco conhecida desses movimentos de contestação.

* Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes-MG. Doutorando em História Moderna pela UFF. Bolsista CNPq.

A rigor, alguns historiadores até reconhecem o envolvimento de setores das camadas mais baixas da população nas rebeliões, porém, acreditam que esses grupos não tenham desempenhado uma participação ativa, atuando mais freqüentemente a mando dos setores da elite (MOTA, 1972: 144). Visões como essas reproduzem apenas uma versão dos acontecimentos, senão a versão oficial. É em razão disso que se propõe estudar a participação dos segmentos populares nas rebeliões a partir de seus próprios protagonistas.

Partindo-se da simples constatação de que o envolvimento de tais grupos nos protestos coloniais não foi tão raro assim, a primeira questão que se impõe é discutir a natureza dessa participação. Tendo em vista que muitos autores tenderam a enxergar essa adesão como manipulada, é que se tem como primeiro objetivo debater se haveria ou não espaço para que os grupos em questão desempenhassem uma participação ativa. Afinal, a que estavam relacionados os anseios “populares”?

Diante da diversidade dos segmentos envolvidos também poderiam ser diversificados os objetivos e interesses em jogo. Sendo assim, outro ponto que se pretende investigar é: quais foram as condições que permitiram que esses setores se unissem, se solidarizassem e desenvolvessem alianças para expressarem seus descontentamentos.

Mesmo que o presente texto se consagre à ação popular, não se despreza, contudo, o papel que tenha desempenhado as elites locais, que tantas vezes exerceram a liderança. É premente investigar não apenas as relações que esses grupos teceram entre si, mas também com os setores mais privilegiados da sociedade.

Algo que não se pode perder de vista no momento em que se examina as rebeliões é inseri-las em sua conjuntura específica. O entendimento dos incontáveis protestos que estouraram na América portuguesa, principalmente na primeira metade do século XVIII, passa pela compreensão das transformações econômicas e sociais que ocorreram na colônia, mas também pelo cenário político internacional que se configurou na Europa, no referido período. A descoberta de ouro em quantidade nunca antes encontrada no coração da América na última década do século XVII, provocou uma onda migratória sem precedentes na área que veio a formar a Capitania de Minas Gerais. A novidade atraía também a cobiça de potências estrangeiras. Nesse mesmo momento Portugal se envolvia na Guerra de Sucessão Espanhola colocando-se contra a

França. Esse posicionamento, aliado ao interesse despertado pelas riquezas encontradas no interior da colônia, terminou por resultar em duas invasões francesas no Rio de Janeiro em 1710 e em 1711(SOUZA, 2002: p. 99 e 111); (SOUZA, e BICALHO, 2000: 48-57).¹ Essa conjuntura se fecha definitivamente em meados do setecentos quando da implementação do consulado pombalino.²

A análise dos protestos, tal como é proposta aqui não se encerra em si mesma. Ao mesmo tempo em que se atém à conjuntura internacional mais ampla, não perde de vista as transformações por que passava a colônia já que muito freqüentemente as rebeliões foram precedidas de crises sociais. (FIGUEIREDO, 1995: 62-66).

Como foi possível expor anteriormente, ainda que de maneira bastante abreviada, quando se observa mais de perto a história das rebeliões percebe-se que a participação de grupos populares foi constante. Todavia, um questionamento que poucos estudiosos se propuseram a fazer foi discutir o caráter dessa participação. Logo, a possibilidade de levar a bom termo a realização dessa proposta de trabalho, significa a oportunidade de tratar da ação de grupos que em seu tempo, e mesmo depois, foram submetidos a forte carga de detração.

A execução desta proposta possibilitará responder como os setores dos mais baixos estratos da população respondiam a situações que lhes afetava, ou como eles se aproveitaram desses momentos de crise política para expressarem seus descontentamentos. Busca-se assim, a partir dos três casos a serem analisados, uma perspectiva de conjunto. Procura-se desenvolver uma abordagem que possibilite apreender o comportamento dos rebeldes não apenas nestes protestos em si, mas que possa servir como instrumento de análise para pensar outras experiências que tiveram lugar na América portuguesa.

Em princípio se pode alegar uma razão muito simples como viabilidade para a execução do trabalho que é a existência de documentação. Os protestos que este trabalho contempla, embora sejam bem conhecidos da historiografia brasileira – excluindo-se, talvez, o protesto do sal de 1710 – , são pouco estudados pelos historiadores. Os

¹ As pretensões francesas de invasão do Rio de Janeiro ainda eram fortes sobretudo em meados do setecentos. (BICALHO, 2003: 73-75).

² Segundo Maxwell com as reformas pombalinas as rebeliões não se caracterizaram mais pela oposição de potentados a oficiais régios, mas sim por homens que estavam inseridos dentro da própria estrutura administrativa da Coroa. (MAXWELL, 2005).

trabalhos mais importantes e que tiveram uma perspectiva de síntese sobre as referidas Guerra dos Emboabas e Guerra dos Mascates foram, respectivamente, de Adriana Romeiro, mais recente, e de Evaldo Cabral de Mello (MELLO, 2003); (ROMEIRO, 2008). Exceção deve ser feita ao protesto de 1710, em São Paulo, que conta com apenas o único estudo, de cariz mais acadêmico, realizado por John Manuel Monteiro. (MONTEIRO, 2001: 79-96); (MONTEIRO, 1999: 23-40). Apesar do pouco número de estudos monográficos, estes protestos contam com trabalhos decisivos. A importância desses estudos reside não apenas nas análises originais que realizaram, mas também pela importante tarefa que tiveram em “abrir caminho” para outros pesquisadores, retirando do “sono eterno dos arquivos” documentos nunca antes consultados. Muitos desses papéis se encontram ainda pouco explorados e, portanto, a espera de novos estudos podendo ser interrogados a partir de outras perguntas. Desse modo, os protestos em questão, embora bastante conhecidos, contam com poucos estudos de caráter acadêmico, e há significativa documentação que viabiliza sua investigação, em geral de fácil acesso como se terá oportunidade de demonstrar mais adiante.

O tema das rebeliões na Europa da época moderna é há muito discutido desde meados do século XX, conta com diversos trabalhos das mais variadas abordagens e cobre principalmente a parte ocidental do velho continente.

A diversidade das abordagens levou, como era de se esperar, a algumas polémicas derivadas muito mais de questões de ordem teórica. Um dos pontos mais discutidos girou em torno da existência ou não de uma consciência de classe nas rebeliões do século XVII. Nesse debate opuseram-se principalmente Roland Mousnier e Boris Porshnev. (MOUSNIER, 1967); (PORSHNEV, 1978). Enquanto Porshnev via as manifestações enquanto expressão da luta de classes (PORSHNEV, 1978: 1-33), Mousnier concebia os movimentos insurrecionais como resultado do conflito de uma sociedade de ordens, sem sugerir, no entanto, que as lutas se resumissem somente a isso (MOUSNIER, 1967 :13).

Outros autores, como George Rudé e Edward P. Thompson, voltando-se mais para as rebeliões do século XVIII, enfatizaram outras questões na luta dos camponeses pobres. Questionaram a idéia de uma multidão cega, pronta a se amotinar a qualquer alta no preço de alimentos de primeira necessidade, ou no lançamento de impostos,

identificando na ação dos rebeldes uma racionalidade e clareza em seus objetivos.(THOMPSON, 1998: 150-151); (RUDÉ, 1991, p. 3-4).

Há um flagrante ponto em comum entre os estudos dos protestos na Europa ocidental, e os trabalhos sobre as rebeliões na América portuguesa, que foi valorizar os movimentos de protesto que aconteceram antes da Revolução Francesa de 1789, no caso da Europa, e antes das Inconfidências, no caso da América.

No Brasil, particularmente, o maior interesse dos estudiosos era justificado em razão do anseio que esses movimentos tiveram em romper os laços com a metrópole, como argumentavam ter ficado expresso nas Inconfidências de Minas Gerais em 1789, e na Bahia no ano de 1798. Diferentemente, as rebeliões que se passaram antes desse período, estiveram associadas ao nativismo, circunscritas em seu regionalismo, embora lançando os germes da futura nacionalidade.³

No balanço historiográfico realizado por Luciano Figueiredo em sua tese de doutoramento, além de chamar atenção para esse aspecto o historiador alertou para a tendência dos estudiosos em tratar esses diferentes movimentos, inseridos em momentos e conjunturas diversas, como parte de um único processo. (FIGUEIREDO, 1996: 192-193). A consequência mais imediata desse tipo de abordagem foi à marginalização dos movimentos que se precederam as Inconfidências (Idem). Assim, é muito recente os estudos que se detiveram exclusivamente sobre os protestos coloniais, inseridos na conjuntura compreendida entre a Restauração Portuguesa de 1640 e o início do período pombalino em 1750.⁴

Alguns dos protestos que se pretende analisar conta com estudos decisivos, o que torna o compromisso com a originalidade um desafio ainda maior. Todavia, alguns deles não tomaram a questão da participação dos segmentos subalternos como tema central de suas reflexões. Apesar disso, vêm dando contribuições significativas para se pensar o assunto.

³ Rogério Forastieri critica a historiografia a esse respeito: (SILVA, 1997: 10-11). Apesar dos movimentos insurrecionais que aconteceram até a primeira metade do setecentos não pretenderem o rompimento dos laços com a metrópole, a ameaça a uma “troca de soberania”, com o recurso a uma outra Coroa, foi uma possibilidade constantemente aventada nas rebeliões do período. A esse respeito ver: (FIGUEIREDO, 2003: 22-23).

⁴ Como exemplos de alguns estudos recentes: (MATHIAS, 2005); (DIAS, 2008); (CAETANO, 2009); (CAETANO, 2009b).

Na chamada Guerra dos Mascates, de 1710-1711, em Pernambuco, movimento designado por Evaldo Cabral de Mello como “A fronda dos mazombos”, justamente para reforçar o seu caráter elitista, é possível notar a presença das camadas mais baixas da população, lutando tanto ao lado dos senhores de engenho de Olinda, quanto da parte dos mercadores de Recife.⁵

Apesar da desestabilização da economia açucareira naquele momento, agravada pelo desenvolvimento da atividade mineradora, condições que arruinaram muitos senhores de engenho, e levaram muitos deles a se endividarem com os mercadores de Recife que prosperavam com o comércio, a Capitania de Pernambuco em si, não passava por um período que pudesse ser considerado de crise econômica (GALLOWAY, 1974: p. 85-102). O estopim para a revolta foi muito mais de ordem política, ocasionada pela elevação de Recife à condição de Vila.

Num dos célebres episódios das “Alterações Pernambucanas”, doze mamelucos “emplumados de várias penas”, invadiram a recém criada Vila e derrubaram o pelourinho, que simbolizava sua autonomia em relação à Olinda.⁶ Esta não foi, contudo, a única oportunidade em que se assistiu a atuação de segmentos “populares”. Em uma das investidas dos senhores de engenho, os proprietários atacaram a Vila “trazendo consigo os temidos tapuias, no propósito de saquear o Recife e massacrar os habitantes.” (MELLO, 2003: 295). Houve a participação não apenas de grupos nativos, mas também de homens pobres livres que um observador contemporâneo caracterizou depreciativamente. Segundo o cronista tratava-se de indivíduos que viviam de “plantar mandioca de que fazem farinha [...] milhos e legumes”, descritos ainda como, “pés rapados e canelas pretas e caras bastantemente amarelas de quem não comem mais que feijão” (MELLO, 2003: 298).

⁵ Como comenta Evaldo Cabral de Mello, a Guerra dos Mascates chegou, até determinado momento, ser tema muito mais de Literatura que propriamente de História, haja vista a designação do conflito que fora dada pelo escritor José de Alencar. Quando, enfim, os historiadores passaram a se ocupar do assunto estavam por demais preocupados em identificar no movimento as raízes da nacionalidade. Neste caso, foram orientados por essa perspectiva os trabalhos: (MELO, 1984); (FERRER, 1915). Mesmo que ligeiramente, Artur César Ferreira Reis dedicou algumas páginas ao assunto: (REIS, 1977). Ainda que se ocupando de um período posterior, mas enquanto importante referência para saber como os grupos se acomodaram após o conflito: (SOUZA, 2007)

⁶ Relação do levante de Pernambuco em 1710. Brasília, 6 (1951), p. 300, apud: (MELLO, 2003: 299-300).

Não apenas do partido de Olinda, segmentos de origem semelhante podem ser notados ao lado dos mascates. Para conter a ofensiva dos senhores de engenho, muitos mercadores recrutaram os chamados “tudancumbes”, uma força paralela, recrutada entre os homens livres, e que afora momentos de maior tensão social, prestavam seus serviços a particulares (MELLO, 2003: 109). Nos acontecimentos de Pernambuco os escravos não estiveram presentes, já que os senhores e mercadores consideravam que aquele assunto cabia somente a homens livres, embora pudesse ser notada a presença do Terço dos Henriques. (MELLO, 2003: 302).

Aqui se faz notar, portanto, um envolvimento direto de índios, mamelucos e homens livres nessa aguda crise política que se abriu em Pernambuco na primeira década do século XVIII.

Quase contemporânea aos eventos de Pernambuco, na “Guerra dos Emboabas” de 1707-1709, em Minas Gerais, conflito em que se opuseram paulistas e emboabas – termo depreciativo para se referir àqueles que vem de fora –, na disputa pelas melhores terras minerais, pode ser notado a presença de praticamente os mesmo atores sociais, com a diferença de que aqui os escravos integraram as hostes rebeldes.⁷

Mais recentemente, tem se firmado a tendência, de se conceber a Guerra dos Emboabas, como dois movimentos distintos, como foi apontado por Donald Ramos e mais recentemente por Adriana Romeiro. Assim, o primeiro conflito em 1707, teria originado da disputa pela arrematação do contrato das carnes, tendo como protagonistas Bartolomeu Fernandes Feio e Domingos da Silva Monteiro. Já em 1708-1709, seria em razão da disputa pela demarcação das terras minerais, em que se destacou a figura de Manuel Nunes Viana (ROMEIRO, 2008: 155).

Interessante notar como esteve na base do primeiro conflito a disputa pela arrematação de um gênero que era de primeira necessidade nas Minas. São bem conhecidas as descrições de Antonil sobre as crises de fome nos primeiros anos da atividade mineradora, onde as pessoas morriam “com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento” (ANTONIL, [1711], 2007: 234). Relatos como esse denunciam não somente a falta de alimentos como os altos preços que chegaram a alcançar muito

⁷ Seguindo uma ordem cronológica de quando foram elaborados, não necessariamente por ordem de importância, entre os principais trabalhos que se ocuparam completa ou parcialmente sobre a Guerra dos Emboabas, podem ser citados: (SUANNES, 1959); (MATTOS, 2004); (GOLGHER, 1982); (BARREIROS, 1984); (RAMOS, 1972); (RUSSELL-WOOD, 1988: 479-498); (RUSSELL-WOOD, 1999); (CAMPOS, 2002: 73-104); (ROMEIRO, 2008).

embora tenham sido superestimados pelo Jesuíta, segundo revisou Ângelo Carrara (CARRARA, 1997). Com efeito ali se abriu uma aguda crise social.

Na segunda contenda, pode não ser motivo de surpresa o envolvimento de indígenas ao lado dos homens do planalto, já que a longa tradição com as bandeiras lhes deram experiência o bastante para lidar com os grupos nativos. Por outro lado, Manuel Nunes Viana, uma das figuras mais destacadas do movimento, conseguiu reunir sob seu séqüito, não apenas muitos dos seus pares, mas também um considerável número de escravos armados e homens livres.

Na investigação recente de Adriana Romeiro, a historiadora lança novas luzes para se compreender as relações desses grupos de despossuídos, e de cativos com grandes proprietários. Nunes Viana, particularmente, dizia ter o “corpo fechado”, mística herdada de tradições africanas, e que em ocasiões como aquela serviu como um importante elemento para reunir consigo um considerável número negros armados. Não o bastante, aquele que foi uma das principais lideranças do conflito, ainda ganhou a adesão de pessoas que, muitas vezes, não tinham mais que a bateia debaixo do braço para minerar. É bastante significativo notar que muitos desses homens se puseram sob o comando de Viana, mesmo que temporariamente, alegando que o potentado agia como “Pai dos pobres” (ROMEIRO, 2008: 166).

Em São Paulo, praticamente na mesma época dos conflitos de Pernambuco e de Minas Gerais, se assistiu a um movimento de proporções bem menores, mas com a presença de atores sociais semelhantes. No ano de 1710, o planalto paulista passava por uma grave carestia de sal, produto essencial para os moradores. A carestia era derivada muito mais das práticas especulativas do contratador (que estocava o produto para forçar a alta dos preços), que propriamente pela inexistência do gênero (MONTEIRO, 2001: 80). Não se tratava, desse modo, de uma crise social e econômica. Nesse período a Capitania de São Paulo passava por um vigoroso processo de mercantilização, já que com o desenvolvimento da atividade mineradora não apenas em Minas Gerais, mas também em Goiás e Mato Grosso, os mercadores do planalto poderiam atuar em todos esses mercados. (BORREGO, 2002.)

Descontente com a situação de carestia do sal, Bartolomeu Fernandes Faria, proprietário de índios administrados e escravos africanos, desceu a Serra do mar, e tomou de assalto o depósito na Vila de Santos, onde ficava armazenado o mantimento.

Depois do saque, Bartolomeu Fernandes subiu a Serra e distribuiu a mercadoria aos habitantes locais (MONTEIRO, 2001: 79- 80).⁸

Um dos aspectos que chama atenção nesse episódio é a composição do bando que acompanhara Bartolomeu contando com “200 índios administrados e escravos africanos fortemente armados” (MONTEIRO, 2001: 79). Apesar de toda a sua rebeldia, as autoridades não conseguiram prendê-lo de imediato. Isto aconteceria só em 1718. Nesse ano, em uma diligência do Ouvidor Rafael Pires Pardinho, o potentado, que ainda possuía vários crimes nas costas, foi aprisionado com seus comparsas. Entre eles havia Damião Carijó, Pedro Mulato Papudo, um índio “bixigoso”, e o escravo africano Francisco Malhado (MONTEIRO, 2001: 90). Os homens que foram aprisionados, traziam no corpo as marcas e as doenças ocasionadas pela falta de sal. A atitude do potentado em saquear e posteriormente distribuir um mantimento que deveria fazer parte da dieta alimentar da população, diz muito sobre as solidariedades entre os homens de distintas origens sociais.

Como pode ser notado, praticamente não existem trabalhos inteiramente voltados à discussão dos grupos populares nas rebeliões. Dos poucos trabalhos dedicados às rebeliões coloniais, e que trataram o tema a partir de uma perspectiva renovada, embora tenham realizado análises aguçadas, terminaram por abordar o tema de passagem, já que tinham outros objetivos e interesses. Em vista das contribuições mais recentes da historiografia é possível fazer uma leitura menos comprometida com as impressões de cronistas de época que conferiram profundo descrédito a participação dos populares nas rebeliões.

O entendimento da participação dos grupos populares nos protestos passa pelo esclarecimento de duas questões básicas de ordem conceitual: o significado dos termos “povo” e “revolta”. A seguir, realiza-se, portanto, uma breve definição de tais termos de maneira a demonstrar os sentidos que assumiram para a época moderna sob o Antigo Regime.

No que se refere ao conceito de “povo” é preciso remontar a conjuntura crítica que se abateu sobre a península ibérica em meados do século XVII. Os discursos que foram elaborados em Portugal nesse período produziram um efeito novo na relação do

⁸ O evento ainda contou com uma breve descrição de Pedro Taques, que por esse e outros episódios chamou Bartolomeu Fernandes de o “terror da Vila de Jacarei”. (LEME, 1980, t. II: 12-13).

rei com seus vassallos. Com a Restauração de 1640, que levara o rompimento de Portugal com Espanha, assistiu-se a publicação de diversas obras, influenciadas pela doutrina da Segunda Escolástica – corrente política que valorizava o pensamento de Tomás de Aquino – com a finalidade de legitimar a restauração do trono usurpado pelos espanhóis em 1580. De acordo essa corrente política, defendia-se a origem popular do poder régio. Assim, o poder era concedido ao rei pelos súditos por meio de um pacto, em que se lhe rendia obediência, mas desde que o monarca cumprisse com os seus deveres, promovendo a paz e principalmente a justiça. Por oposição, ao soberano que não observasse estritamente os direitos dos súditos, aproximava-se da tirania e, desse modo, poderia ser deposto através da revolta (XAVIER, e HESPANHA, 1993: 127-130).

Essa concepção também foi expressa por Luis Reis Torgal. Nas palavras do historiador,

... o povo, em circunstâncias determinadas, pode reassumir o poder que “naturalmente” lhe pertence. Dessas circunstancias algumas poderão ter sido consideradas explicitamente na altura do “contrato”, mas há uma que lhe é sempre implícita – quando o rei se torna injusto actuando, pois, contra o mandato que lhe foi cometido (TORRAL, 1981-1982, v. 2: 28).

Todavia, os discursos elaborados para legitimar a Restauração, não ficaram restritos apenas à península Ibérica, cruzaram os mares e atingiram os cantos mais recônditos das possessões lusitanas. Conforme Luciano Figueiredo,

Na esteira das felizes aclamações ao soberano, a instabilidade e a insegurança trazidas com o novo governo em vários domínios ultramarinos transformaram-se a distância em uma onda de alterações de múltiplas formas (...). É possível contabilizar, desde 1640 até os anos finais da década de 1680, pelo menos uma dezena de insurreições que estalavam nas costas da América, África e Ásia contra os representantes régios. (FIGUEIREDO, 2001: 198).

Como também percebeu Rodrigo Bentes Monteiro,

O imaginário político que respaldou a entronização da nova monarquia Bragança estava presente nos tratados teóricos que justificaram a independência de Portugal, e compunha de maneira menos formalizada as idéias de soberanos, autoridades, governantes e súditos, até mesmo no além-mar (MONTEIRO, 2002: 105).

A grande profusão de obras produzidas por juristas e pensadores inclinados à causa portuguesa, apesar de constituir um saber erudito, tendeu a ser assimilado para além dos grupos letrados, e chegaram invariavelmente a todos os súditos. Essa nova concepção de poder aparecia de maneira muito forte nos diversos protestos que tiveram lugar na América portuguesa.

Outra questão de ordem conceitual é a compreensão de termos como motim, revolta e sedição, por exemplo, que aparecem aleatoriamente nos movimentos de protesto, sendo necessária ainda uma precisão mais estrita de seus significados.

Assim, no *Vocabulário Portuguez & Latino*, Raphael Bluteau define motim como uma “Alteração do povo, ou de gente de guerra, indignada, e mal contente. Motim é perturbação súbita” (BLUTEAU, 1712-1718: 604-605), termo mais apropriado, portanto, as contendas promovidas por militares. Já “revolta”, para Bluteau, trata-se de “Perturbação, desordem, confusão” (BLUTEAU, 1712-1718: 318), figurando, portanto, como um movimento mais furtivo. O termo “sedição” aparece dotado de implicações mais sérias sendo caracterizado como um “levantamento do povo contra a autoridade do Rei, ou dos Magistrados”. Nesse sentido, reproduz, em uma certa medida, o significado do padrão típico de protestos do Antigo Regime em que se apelava à figura do Monarca contra seus representantes. Seguindo esse mesmo raciocínio a força e também a fraqueza da “sedição” reside justamente quando o povo entra em cena.

As sedições populares são arriscadas, por violentas, porém são fáceis de sossegar, ou as reprime o temor, ou as consome a clemência. É de grande dano permitir que criem raízes, e assegurem seu princípio; porque são como as ribeiras, que quanto mais correm mais crescem (BLUTEAU, 1712-1718: 544).

Até aqui, o termo “povo”, e seu derivado, “popular”, vem sendo usado com restrições, pois o seu significado não comporta apenas um único sentido. “Povo” pode designar tanto “os moradores de uma cidade, Vila o lugar”, quanto o “Povo miúdo, a plebe, o vulgo, a gente baixa de qualquer Povoação, Cidade, Vila” (BLUTEAU, 1712-1718: 661). O termo, portanto, assumia significado demográfico e social. Quando empregado neste último sentido, que interessa mais a este trabalho, abrigava ainda o “povo” que se encontrava politicamente instituído. Quando assumia o seu significado mais elitista, servia para evocar a concepção pactista de soberania, em que no caso dos reis tiranos, o poder poderia retomar aos “povos” (MELLO, 2003: 301), como já foi

observado. Nesta concepção, “povo” assume uma definição mais restrita, sendo usado na “acepção da totalidade do corpo político.” (Idem)

Evaldo Cabral de Mello chamou atenção para o pouco rigor com que o termo era empregado:

Veja-se o vocábulo ‘povo’: este podia ocasionalmente incorporar os próprios nobres e não apenas os indivíduos cuja situação sócio-econômica e jurídica achava-se habitualmente referida no terceiro termo da fórmula trifuncional. O usual consistia em invocar, como nas representações da Câmara de Olinda ao Rei, “a Câmara e o Povo”, sem menção especial aos dois primeiros estamentos, clero e nobreza. (MELLO, 1997:164)

Quando empregado para se referir às pessoas que estão fora desse “corpo político” o povo é então a vil canalha, a plebe, a gente indômita que se deve submeter e controlar. Na Europa, esse era o entendimento que orientava os discursos de autoridades, principalmente nos centros urbanos. Referindo-se ao povo de Paris, Daniel Roche comenta que no discurso oficial, o povo era normalmente aparecia como perigoso, enfermo, inculto, descontrolado e sempre visto como uma ameaça (ROCHE, 1998: 87). Nesse último sentido não há como deixar de haver uma relação, às vezes, bastante estreita, entre povo e pobreza (FERREIRA, 2008).

Em linhas gerais esses discursos são reproduzidos na América, porém, aqui com as populações cativas, ameríndias e mestiças ganhavam outros contornos. A esse respeito, Stuart Schwartz advertiu quanto “as dificuldades de se criar um conceito de povo dentro das malhas de uma sociedade escravista” (SCHWARTZ, 2000:106)⁹, pois se no reino o povo era facilmente identificado como aquele que pertencia ao terceiro estado da sociedade de ordens, na colônia se criava um complicador em razão das comunidades nativas, dos povos de origem africana e dos grupos mestiços que compunham a maior parte do corpo social. Em razão disso, muitas autoridades acreditavam que na colônia, diferentemente do reino, não havia povo. Todavia, “o próprio conceito de povo passou por diversas transformações históricas no início da história moderna no Brasil.” (SCHWARTZ, 2000:106)

Se nos séculos XVI e XVII, quando era mais comumente associado ao terceiro estado, chegou a assumir um significado até mesmo positivo, no século XVIII, passou a

⁹ Ver também: (SCHWARTZ, 2005: 127-146).

ser cada vez mais associado a “plebe”, tomando uma conotação flagrantemente negativa. Schwartz captou essa mudança fundamental,

Embora o termo “plebeu” tivesse raízes clássicas, raramente havia sido utilizado no século XVI. Autores como Fernão Lopes preferiam falar do “comum povo livre e não sujeito” ou, quando se tratava dos mais miseráveis, da “arraia-miuda”. No século XVIII, entretanto, o termo “plebe” começou a ser utilizado com mais frequência, geralmente de forma pejorativa (SCHWARTZ, 2000:119).

Tendo em vista as considerações que foram realizadas até o presente momento parece lícito retomar portanto duas considerações que foram postas anteriormente no espaço reservado a discussão conceitual. Trata-se, como foi discutido, da assunção que os termos revolta e povo assumiram na época moderna sob o Antigo Regime.

A revolta era facultada aos povos para o caso de reis tiranos. Todavia, “povo”, nessa concepção assumia um significado eminentemente elitista. Não consideravam as camadas mais baixas da população. Quando isto aconteceu, eram tratadas no pior sentido da palavra e associadas à plebe, situação um tanto mais grave quando se passava no universo colonial. Parece não restar dúvida de que diante da forma que muitos deles expressaram seus descontentamentos durante as rebeliões, as categorias utilizadas para classificar seus comportamentos precisam passar por uma reavaliação. Em última análise, este texto pretende contribuir para o refinamento do termo povo.

Referências bibliográficas

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva. 1ª. Ed. 1968. São Paulo: Edusp. 2007.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia*. Belo Horizonte: Itatiaia: 1984.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; FFLCH: USP; FAPESP, 2002.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra, 1712-1728.

BORREGO, Maria Aparecida Menezes. Camaristas, provedores e confrades: os agentes comerciais nos órgãos do poder (São Paulo, século XVIII). In: SOUZA, Laura de Mello e;

FURTADO, Junia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. *Entre a Sombra e o Sol - A Revolta da Cachaça e a Crise Política Fluminense*. Maceió (AL): Q Grafica, 2009.

_____. *Entre Drogas e Cachaça - A Política Colonial e as Tensões na América Portuguesa (1640-1710)*. Maceió (AL): Edufal, 2009.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: “de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” (1693-1737)*. Tese de Doutorado em História, São Paulo, FFLCH-USP, 2002.

CARRARA, Ângelo. *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese de Doutorado em História, IFCS-UFRJ, 1997.

DIAS, Joel Santos. *Os “verdadeiros conservadores” do Estado do Maranhão: poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

FERRER, Vicente. *Guerra dos Mascates: Olinda e Recife*. Pernambuco, A. M. Teixeira: 1915.

FERREIRA, Fátima Sá e Melo. Entre velhos e novos sentidos: “povo” e “povos” no mundo ibero-americano, 1750-1850. *Anuário de História de América Latina*. Band 45, 2008.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*. (Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761). Tese de Doutorado em História, São Paulo, FFLCH-USP, 1996.

_____. *Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial*. LPH / Revista de História, n.º 5. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1995.

_____. Narrativas das rebeliões: linguagem política e idéias radicais na América Portuguesa moderna. *Revista USP / Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo*. – n.º 57 (mar./mai.). São Paulo: USP / CCS, 2003.

_____. O Império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, século XVII e XVIII. in: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos Oceânicos*. Minas Gerais e as novas abordagens para uma História do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

GALLOWAY, J. H. Nordeste do Brasil, 1700-1750: reexame de uma crise. *Revista Brasileira de Geografia*, n 36, n 2, 1974.

GOLGHER, Isaías. *A Guerra dos Emboabas: a primeira Guerra Civil nas Américas*. 2 ed. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 5ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, tomo II.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2005.

MATTOS, Odilon Nogueira de. A Guerra dos Emboabas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Época Colonial. Administração Economia e Sociedade. História Geral da Civilização Brasileira. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, t 1, v 1.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Tradução de João Maia. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005 (Coleção Estudos brasileiros, v. 22)

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. 2ª ed. revista. São Paulo: 34, 2003.

_____. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks: 1997.

MELO, Mario. *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*. Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1984.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência ao Departamento de Antropologia, IFCH, Unicamp. Campinas, 2001.

_____. Sal, justiça social e autoridade régia: São Paulo no início do século XVIII. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro: Sette Letras, n 8, 1999.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1972.

MOUSNIER, Roland. *Furores campesinos : Los campesinos en las revueltas del siglo XVII (Francia, Rusia, China)*. Madrid: España Editores, 1967.

PORSHNEV, Boris. *Los Levantamientos Populares en Francia en el siglo XVII*. Madrid : España Editores, 1978.

RAMOS, Donald. *A Social History of Ouro Preto: Stresses of Dynamic Urbanization in Colonial, 1695-1726*. Gainesville: University of Florida, 1972, 2v.

REIS, Arthur César Ferreira. Inquietações no norte. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1977, t. 1, v. 2.

ROCHE, Daniel. *O povo de Paris – ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: EdUSP, 1998.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas*. Idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

RUDÉ, George. *A Multidão na História*. Estudos dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Manuel Nunes Viana: Paragon or Parasite? *The Americas*, v. 37, n. 4, p. 479-498, 1988.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso. *Varia Historia*. Belo Horizonte, n. 21, jul. 1999.

SCHWARTZ, Stuart B. “Gente da terra brasileira da nação”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. De la plèbe au ‘peuple’ dans le Brésil du XVIIIe siècle. In: *Caravelle – Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien* (Plèbes urbaines d’Amérique Latine). Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, n 84, 2005.

SILVA, Rogério Forastieri. *Colônia e nativismo: a História como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, George Cabral. *Elite y Ejercicio del Poder en el Brasil Colonial: La Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. Tese de Doutorado em História, Universidade de Salamanca, 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. Motines, revueltas y revoluciones en la América portuguesa de los siglos XVII- XVIII. In: TANDETER, Enrique (org.) *História General de América Latina*. Ediciones UNESCO, Editorial Trotta. V. IV, Cap. 20, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *1680-1720: o império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando Séculos).

SUANNES, S. *Os emboabas*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982, 2v, v. 2.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, Antonio Manuel. (coord.) *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1993, v. 4.